

CENTRO, CENTRALIDADE E O PAR CENTRO-PERIFERIA: A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO E ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE EM PRESIDENTE PRUDENTE/SP, BRASIL, A PARTIR DA METODOLOGIA CNEFE-CNAE

Laércio Yudi Watanabe Silva¹
Arthur Magon Whitacker²

Resumo: Uma das características da urbanização contemporânea é a paulatina subversão da estrutura urbana pautada no par centro-periferia por meio da passagem de uma estrutura monocêntrica para uma estrutura multicêntrica ou, até mesmo, policêntrica. Este trabalho investiga a estrutura urbana de Presidente Prudente/SP sob a égide do par centro-periferia, encetando debates e contribuições para os conceitos de centro e centralidade. Para isso, estabelece-se no corpo do trabalho correlações entre a distribuição espacial dos estabelecimentos de ensino e dos estabelecimentos de saúde. A metodologia se baseia na coleta de endereços de estabelecimentos de ensino e estabelecimentos de saúde, retirados do CNEFE. Esses dados possibilitaram a elaboração dos produtos cartográficos analíticos. Conclui-se que o par centro-periferia na estrutura urbana de Presidente Prudente/SP é, ainda, bastante representativo ao examinar a distribuição espacial dos estabelecimentos averiguados; as maiores concentrações se situam no centro principal e nas áreas pericentrais. A periferia, por outro lado, possui um rareamento de concentrações.

Palavras-chave: Centro; Centralidade; Centro-Periferia; Estrutura Urbana; Cidades Médias.

CENTER, CENTRALITY AND THE CENTER-PERIPHERY PAIR: THE SPATIAL DISTRIBUTION OF EDUCATIONAL ESTABLISHMENTS AND HEALTH ESTABLISHMENTS IN PRESIDENTE PRUDENTE/SP, BRAZIL, BASED ON THE CNEFE-CNAE METHODOLOGY

Abstract: One of the trends of contemporary urbanization is the subversion of the urban structure based on the center-periphery pair through the passage from a monocentric structure to a multicentric or even polycentric structure. This work

¹ Mestrando em Geografia pela UNESP, campus de Presidente Prudente. E-mail: laercio.yudi@unesp.br ou lyw.silval@gmail.com

² Professor do Departamento de Geografia da UNESP, campus de Presidente Prudente. E-mail: whitacker@uol.com.br ou arthur.whitacker@unesp.br

investigates the urban structure of Presidente Prudente/SP under the aegis of the center-periphery pair, initiating debates and contributions to the concepts of Center and Centrality. For this, correlations between the spatial distribution of educational establishments and health establishments are established in the body of work. The methodology is based on the collection of addresses of educational establishments and health establishments, taken from CNEFE. These data made it possible to develop analytical cartographic products. The center-periphery pair in the urban structure of Presidente Prudente/SP is still quite representative when examining the spatial distribution of the establishments investigated; the highest concentrations are located in the main center and in the pericenter areas. The periphery, on the other hand, has a rarer of concentrations.

Keywords: Center; Centrality; Center-Periphery; Urban Structure; Intermediary Citys.

INTRODUÇÃO

É sabido que os distintos agentes produtores do espaço (CORREA, 1989) engendram cidades desiguais, conformando espaços heterogêneos, o que também indicou Santos (2012), quando caracterizou as diferenciações espaciais como resultantes da *urbanização desigual*, uma vez que os interesses dos agentes são vários e, até mesmo, conflitantes, o que explica a atuação diferenciada desses. De acordo com Begag (*et al.*, 1990 *apud* SANTOS, 2003, p. 268), “a homogeneização é um mito, sua percepção sendo o resultado de um ‘delírio analítico’ que associa à ideia de revolução espacial a existência de uma indiferença espacial”. Assim sendo, os espaços urbanos contemplam ampla diversidade de formas, conteúdos e cidadãos, sendo uma totalidade heterogênea e diversa. A urbanização contemporânea, processo em movimento, possui diferentes expressões, balizadas por meio de processos engendrados em distintas escalas, vetores, ritmos, formas e tempos que variam de acordo com o contexto territorial em questão. Dessa maneira, cabe-nos, enquanto pesquisadores, identificar o que é geral, particular e singular, como já proposto por Lukács (1970) ao processo de produção do espaço, como definido por Lefebvre (2006). Para tanto, são necessárias pesquisas concernentes às diferentes realidades empíricas e em distintas escalas. Sendo assim, adotar um recorte empírico analítico é, também, contribuir para o exercício de apreender o que é geral, particular e singular ao processo de urbanização.

Apesar dos espaços urbanos serem heterogêneos, é possível identificar, em diferentes contextos territoriais, padrões semelhantes de organização e/ou estruturação do espaço urbano, assim como os processos que os reorganizam e/ou os reestruturam. A emergência de processos cada vez mais complexos e em movimento nos espaços urbanos são identificados em inúmeras pesquisas inseridas nos estudos urbanos e são representativas para reforçar a necessidade de um novo léxico de diferenciação socioespacial, conforme aponta Brenner (2014), com o fito de identificar possíveis padrões e caminhos no desencadeamento dos processos socioespaciais nas cidades. Nesse sentido, considerar o espaço urbano apenas como um todo desigual e composto por partes diferenciadas torna-se, ainda que fundamental, uma perspectiva vaga sob o contexto da urbanização contemporânea, que possui uma distinção de

substância se comparada à urbanização estabelecida desde a industrialização, pois o dualismo centro-periferia é posto em cheque.

Com o intuito de dar materialidade e fundamento a esse debate, compreendemos que o espaço urbano, ente desigual e heterogêneo, é resultante e condicionante de processos e ações sociais e históricas (LEFEBVRE, 2006). Forma, função, estrutura e processo (SANTOS, 1979; CORRÊA 1989; WHITACKER e MIYAZAKI, 2012) são portas de entrada para o desvelamento do Espaço e de paradigmas que permitam compreender a produção do espaço. Nesse bojo, um dos elementos da estruturação urbana que elegemos é relação centro-periferia na escala intraurbana. Uma estrutura espacial assentada na ordem centro-periférica, com um centro principal e destacado e uma periferia mais ou menos homogênea, ainda representa a realidade de muitas cidades brasileiras; contudo há indícios de sua subversão, por exemplo, em diversas cidades médias brasileiras (DAL POZZO, 2011, 2015; FERREIRA e WHITACKER, 2015; SILVA, 2004, 2006; SPOSITO e GOES, 2013; WHITACKER, 2018).

O exercício de análise empírica sob a égide do paradigma centro-periferia na escala intraurbana pode ser realizado de maneiras diversas e utilizando diferentes vetores de investigação. Um dos principais é a análise da distribuição de usos e funções, ou seja, da estrutura urbana (centro, periferia, áreas residenciais etc.) e correspondente distribuição espacial de estabelecimentos de comércios, serviços e indústrias e dos meios de consumo coletivo (infraestruturas, equipamentos e serviços) (LOJKINE, 1981). Ao que é fixo, corresponde o plano do movimento, dos fluxos de informações, tráfego de dados, ideias. A esses planos relaciona-se um terceiro, não tratado neste artigo, de ideologias, representações e significados (AMENDOLA, 2000; CORRÊA, 2007).

A relação centro-periferia, ou sua superação, constitui-se como uma importante chave analítica da organização urbana que nos ajuda a entender e interpretar com maior assertividade a organização espacial e estruturação da cidade e pode ser fortemente indicativa da transição de uma urbanização fordista para uma urbanização hodierna, calcada, na dimensão econômica, na acumulação flexível e na dimensão social e cultural (sem excluir a primeira), na chamada pós-modernidade, como tratado por Jameson (1991). Não por acaso, configura-se como um campo de investigação longo na análise urbana (WHITACKER, 2017). O paradigma centro-periferia aqui é entendido por relações nas quais “as áreas centrais eram caracterizadas como as melhor equipadas e as periféricas pelo uso residencial dos segmentos de menor poder aquisitivo, marcadas pela precariedade de condições de vida individual e coletiva” (SPOSITO, 2004, p. 114). Este trabalho busca contribuir para o entendimento dessa lógica e, quiçá, por identificar elementos que apontam para a redefinição, ou não, desse paradigma em nosso recorte espacial analítico, impondo-nos, primeiramente, a necessidade de redefinição dos significados das periferias, no plural, como adverte Whitacker (2017, p. 159), para quem se faz importante:

[Utilizar] o termo periferia geométrica para frisar que o modelo de estruturação acima descrito tanto se assenta num dualismo espacial (centro-periferia), quanto leva a uma associação, já sedimentada em muitas análises urbanas, de identificação de uma área com um dado conteúdo social e econômico. Santos (2003), ao discutir o conceito de primazia urbana e sua identificação com as noções de centro e periferia (e lembrando

que nessa obra o autor refere-se à análise regional e da rede urbana, porquanto, fazemos aqui uma generalização a partir de seu escrito), adverte que: “A noção de periferia estava até aqui carregada da noção de distância, que constitui, de longe, o fundamento da maior parte das teorias espaciais e locacionais. A essa noção de periferia, dita “geográfica”, é preciso opor uma outra, a de periferia socioeconômica, se levarmos simultaneamente em consideração os lugares tornados marginais ao processo de desenvolvimento e, sobretudo, os homens rejeitados pelo crescimento. Estes homens formam a periferia social dentro do polo econômico e, se o modelo de crescimento continuar a ser o que é, estão arriscados, por longo tempo ainda, a encontrar aí sua única residência possível” (SANTOS, 2003, p. 82). Com o objetivo de distinguir uma visão geográfica que não seja corográfica, substituímos o termo “periferia dita ‘geográfica’” pelo termo “periferia geométrica”, para marcar suas implicações e limitações (Ver: HURIOT; PERREUR, 1995).

Sposito (2004) chama atenção para os novos conteúdos nas periferias urbanas de cidades médias paulistas, onde se insere Presidente Prudente/SP, o que denota a complexificação desses espaços. A periferia para o senso comum ainda é majoritariamente associada aos espaços de moradia dos mais pobres, em áreas de rareamento da presença de meios de consumo coletivo, comércios e serviços etc., em um sentido mais próximo da noção de *periferia social*. Contudo, em diversos recortes espaciais empíricos a periferia é, também, espaço de moradia dos mais ricos (CALDEIRA, 2000; SPOSITO e GOES, 2013); local de implantação de grandes empreendimentos voltados ao consumo e lazer, como os *shopping centers* (GOES *et al.*, 2019); e de eixos ou áreas de concentração de comércios e serviços, etc. Em função disso, adotamos a noção de *periferia social* (WHITACKER, 2017), que contempla todos os novos conteúdos de uma periferia, agora, diversa; por isso, os espaços urbanos contêm *periferias*, no plural.

A partir do debate até aqui exposto, o objetivo principal desse trabalho é analisar e identificar possíveis padrões de estruturação da cidade e a possível ocorrência da reestruturação em Presidente Prudente sob o recorte temático e espacial do par centro-periferia, utilizando do emprego dos conceitos de centro e centralidade. Para isso, estabelece-se no corpo do trabalho correlações entre a distribuição espacial dos estabelecimentos de ensino e de saúde, as áreas centrais e as periferias.

A seção intitulada “RECORTE ESPACIAL DE ESTUDO” apresenta o contexto territorial da análise empírica, o distrito sede do município de Presidente Prudente; aqui, a classificação do município segundo a REGIC (2018) é retomada, assim como dados e variáveis oriundos do IBGE (2021) para caracterização do município. A metodologia utilizada para manuseio e tratamento dos dados, que vai desde a coleta até a representação desses, é detalhada na seção intitulada “METODOLOGIA”, que, por sua vez, se apoiou na coleta e tratamento de dados oriundos do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos – CNEFE.

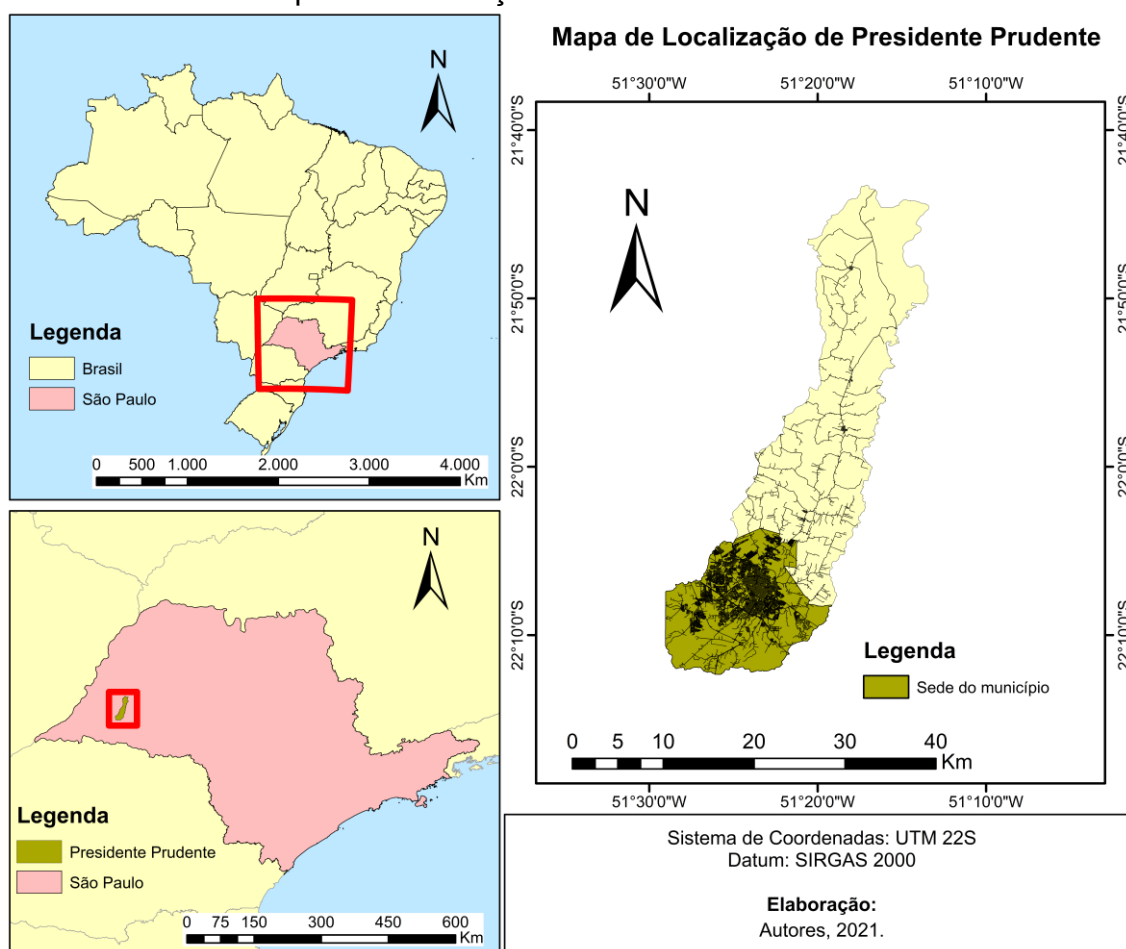
O aporte teórico é exposto na seção “CENTRO, CENTRALIDADE E INDÍCIOS DE SUBVERSÃO DO PAR CENTRO-PERIFERIA NA URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA”. A discussão é balizada pelos debates

sobre Centro, Centralidade e o Par Centro-Periferia; os resultados empíricos são expostos na seção subsequente a essa, contribuindo aos estudos sobre a organização espacial e reestruturação urbana em Presidente Prudente.

RECORTE ESPACIAL DE ESTUDO

Presidente Prudente é um município brasileiro localizado na porção Oeste do estado de São Paulo (Mapa 1), distando aproximadamente 550 quilômetros da capital do estado, São Paulo. Possui uma população aproximada de 230.371 pessoas, segundo estimativas realizadas pelo IBGE para o ano de 2020. De acordo com o IBGE (2010), a densidade demográfica é de 368,89 habitantes/km².

Mapa 1. Localização de Presidente Prudente



Fonte: elaborado pelos autores, 2021

Conforme o estudo intitulado “Regiões de Influência das Cidades 2018” (REGIC), Presidente Prudente é categorizada como Capital Regional C na análise de hierarquia dos centros urbanos (IBGE, 2018). Nessa publicação, define-se as capitais regionais como “os centros urbanos com alta concentração de atividades de gestão, mas com alcance menor em termos de região de influência em comparação com as Metrôpoles” (IBGE, 2018, p. 11). Dessa maneira, as capitais regionais possuem um papel intermediário, com influências menores se comparadas as Metrôpoles. Outros dados e variáveis concernentes

a Presidente Prudente que são relevantes para sua categorização estão especificados no Quadro 1.

Quadro 1. Dados e variáveis referentes ao município de Presidente Prudente /SP

| Dados e variáveis | Valores |
|--|------------------------------------|
| Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM (2010) | 0,806 |
| Salário médio mensal dos trabalhadores formais (2018) | 2,7 salários-mínimos |
| PIB per capita (2018) | R\$ 35.207,07 |
| Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até meio salário-mínimo (2010) | 29,8% |
| Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade (2010) | 97,8% |
| Mortalidade Infantil (2017) | 10,2 óbitos por mil nascidos vivos |
| Esgotamento sanitário adequado (2010) | 98,1% |
| Arborização de vias públicas (2010) | 95,9% |
| Urbanização de vias públicas (2010) | 34,6% |

Fonte: IBGE, 2021. Organizado pelos autores, 2021

METODOLOGIA

A metodologia utilizada é inspirada na sequência de procedimentos metodológicos sistematizados por Ruano e Whitacker (2014a; 2014b), desenvolvida no âmbito do GASPERR³. A metodologia consistiu inicialmente na coleta de dados referente aos endereços dos estabelecimentos de ensino e estabelecimentos de saúde em Presidente Prudente/SP, a partir do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos – CNEFE (IBGE, 2010). O CNEFE identifica e classifica todos os endereços urbanos, que são identificados e organizados em suas variáveis, que categorizam sete espécies de endereço: 1) domicílio particular; 2) domicílio coletivo; 3) estabelecimento agropecuário; 4) estabelecimento de ensino; 5) estabelecimento de saúde; 6) estabelecimento de outras finalidades; 7) edificação em construção. Após essa etapa, são ordenados de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

Este trabalho considera as variáveis 4 e 5 acima descritas, que expressarão a distribuição espacial dos estabelecimentos de ensino e de saúde; por esse motivo, a coleta e organização dos dados efetiva-se em todos os endereços urbanos classificados nessas categorias. Esses endereços foram extraídos do CNEFE e organizados para a posterior geocodificação destes, o que possibilitou a representação georreferenciada dos estabelecimentos nos produtos cartográficos analíticos. Pontua-se que alguns endereços enquadrados como estabelecimento de ensino ou estabelecimento de saúde continham erros na base extraída do IBGE, como a ausência do número correspondente a determinado logradouro; a título de exemplo: “Rua X, s/n”, no qual o “s/n” indica a ausência do número do logradouro de identificação, impossibilitando a geocodificação desse endereço. Esses endereços errados e/ou incompletos foram coletados e organizados manualmente, para isso, apoiando-se em informações contidas no Google Maps, com procedimento metodológico desenvolvido por Battistan (2015) e Carli (2015), cuja data de registro das informações visuais eram, para o caso investigado, de 2021.

³ Grupo de Pesquisa “Produção do Espaço e Redefinições Regionais – GASPERR”, com sede na Universidade Estadual Paulista, Câmpus de Presidente Prudente-SP, certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com acesso pelo espelho: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/0301235350240523.

Os endereços dos estabelecimentos de ensino e estabelecimentos de saúde foram organizados no software Microsoft Excel 2013. A organização desses dados seguiu a seguinte ordem: tipo do logradouro (rua, avenida, rodovia etc.); número do logradouro; cidade; estado país. Essa organização possibilitou a geocodificação de todos os endereços. O resultado dessa geocodificação foi a obtenção das coordenadas geográficas, alcançando as latitudes e longitudes de cada endereço. O Quadro 2 exemplifica a organização desses dados em planilha eletrônica.

Quadro 2. Exemplo de organização dos dados em planilha eletrônica

| LOCALIZAÇÃO | LATITUDE | LONGITUDE |
|--|-------------|-------------|
| Rua CAPITAO WALTER RIBEIRO, 232, Presidente Prudente/SP - Brasil | -22,1194016 | -51,3838299 |
| Avenida CORONEL JOSE SOARES MARCONDES, 1140, Presidente Prudente/SP - Brasil | -22,1213482 | -51,3880104 |

Fonte: organizado pelos autores, 2021.

Por meio das coordenadas geográficas de cada estabelecimento, as respectivas localizações foram georreferenciadas e representadas cartograficamente, por meio do software ArcMap 10.8. Para a confecção dos produtos cartográficos analíticos (Mapas 2 e 3), recorre-se a representação das concentrações dos estabelecimentos por densidade kernel (CÂMARA *et al.* 2004a, 2004b, *apud* GUIMARÃES, *et al.* 2020; LUCAMBIO, 2008), a partir da localização dos estabelecimentos de ensino e de saúde, considerados por serem indicadores relevantes de processos de reestruturação da cidade (FERREIRA e WHITACKER, 2015; WHITACKER, 2020a; WHITACKER, 2020b).

CENTRO, CENTRALIDADE E INDÍCIOS DE SUBVERSÃO DO PAR CENTRO-PERIFERIA NA URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA

O centro, enquanto termo genérico e polissêmico, pode ter diferentes adjetivações, aqui preferimos o uso do termo *principal* em detrimento do adjetivo *tradicional*, pois “O centro da cidade não é tradicional porque não é uma área marcada pela paragem do tempo, uma vez que seus conteúdos, portanto, o que expressa a centralidade, também se transformam” (WHITACKER, 2019, p. 30). Nesse sentido, o termo *tradicional* pode suscitar uma ideia de paragem do tempo, de estagnação de formas e processos antigos na área central, o que pode não ocorrer, tendo em vista a dinamicidade dos processos espaciais e transformação de formas espaciais no centro. Salgueiro (1992 *apud* BARRETO, 2010) discorre sobre o destaque da área central ou do centro principal

[...] a área central de qualquer povoação individualiza-se sempre das restantes pela concentração de actividades terciárias, pela grande intensidade de usos do solo e a redução do número de alojamentos, pela atracção que exerce sobre visitantes ocasionais para fazer compras, tratar de negócios, da saúde, ou por simples lazer e, ainda, pelo importante volume de emprego que fornece. O centro é o local onde a cidade se mira e se apresenta, por isso é caracterizado por um grande dinamismo, o solo é muito disputado, os edifícios crescem em altura e as ruas mostram grande movimento, quer de peões, quer de viaturas. (SALGUEIRO *apud* BARRETO, 2010, p. 34).

A concentração e centralização espaciais que concernem à área central ou ao centro principal, em contraponto as demais áreas da cidade, podem ser retratadas num modelo de estrutura urbana que oponha centro e periferia. Compreende-se, numa avaliação desse tipo, que imperaria o pressuposto de que a área central de uma cidade é mais consolidada e expressa a concentração e a centralização espaciais, enquanto que haveria uma tendência de rareamento dessas condições à medida em que se afasta do centro principal. Paulatinamente, avaliaremos neste texto a possível superação desse padrão e/ou a tendência à sua complexificação. Estamos considerando por centro o conjunto de atributos e relações pontuados por Whitacker (2017), para o autor:

O centro da cidade é uma forma espacial com conteúdos que se expressam em dimensões e níveis diversos. É um local de encontros, que podem ser contingentes ou não, os quais o tornam espaço de apropriação e representação. Se é local de encontros, é local de confluência. Os fluxos que para lá se dirigem e de lá partem não são apenas traduzidos nos deslocamentos de pessoas e veículos; são também os movimentos materiais e imateriais que conferem ao centro da cidade uma dimensão econômica preponderante. (WHITACKER, 2017, p. 149).

Dessa maneira, o centro de uma cidade possui especificidades em seu conteúdo em relação às funções, como a presença relevante de usos do solo não residenciais (como estabelecimentos de comércios e serviços, públicos ou privados); tais características, somadas à acessibilidade e aos seus conteúdos simbólicos, conferem-lhe *centralidade*. Essa centralidade traduz-se nos processos espaciais de concentração e centralização e são materializadas, além do que contém e está fixo, nos constantes fluxos *de* e *para* essa área da cidade (SPOSITO, 2013; WHITACKER, 2017). Sposito (2013) e Whitacker (2017) pontuam que a presença de várias áreas centrais ou centros (no plural) é um elemento presente em muitos dos espaços urbanos brasileiros. Ainda que não haja uma relação direta e causal entre tamanho demográfico e complexidade das funções urbanas, a ocorrência de mais de um centro é mais comum em metrópoles e cidades médias. Pode-se tanto estabelecer uma hierarquia entre os diferentes centros ou áreas centrais, quanto se observar relações de complementaridade entre elas (WHITACKER, 2020).

Antes de associarmos o centro principal (área delimitável) com a centralidade (expressão e conteúdo do que é central; WHITACKER, 2017), é necessário estabelecer uma distinção teórica existente entre esses termos. Após pontuarmos, nos parágrafos anteriores, nossas contribuições e o entendimento daquilo que estamos consideramos como centro, reservamos as próximas linhas para tratar da centralidade. Para Sposito (2013):

A centralidade, para mim, não é um lugar ou uma área da cidade, mas, sim, a condição e expressão de central que uma área pode exercer ou representar. Segundo essa perspectiva, então, a centralidade não é, propriamente, concreta; não pode ser vista numa imagem de satélite; é difícil de ser representada cartograficamente, por meio de delimitação de um setor da cidade; não aparece desenhada no cadastro municipal ou no plano diretor das cidades; não se pode percorrê-la ou mesmo

vê-la, embora possa ser sentida, percebida, representada socialmente, componha nossa memória urbana e seja parte do nosso imaginário social sobre a vida urbana. (SPOSITO, 2013, p. 73).

A mesma autora adverte sobre a distinção entre áreas centrais e centralidade. As primeiras podem ser “empiricamente apreendidas”; por isso, “trabalhamos nelas, passeamos por suas vias, sentamos em suas praças, participamos de atividades de múltiplas naturezas que nelas se realizam”. (SPOSITO, 2013, p. 73). Sposito (2013) ainda afirma que não devemos, portanto, chamar de centralidade um determinado local, como por exemplo pelo frequente uso equivocado da expressão “na centralidade” (com a preposição “em” denotando a ideia de local ou área).

Assim, as áreas centrais são formas espaciais enquanto a centralidade é, ao mesmo tempo, condição do que é central e conteúdo do que é central. A centralidade, assim, associa-se à concentração e centralização espaciais, processos dialeticamente associados ao centro, forma espacial. A centralidade, inclusive, pode ser efêmera e cambiante (WHITACKER, 1997, 2003, 2018). Essa condição que se expressa no tempo curto, a efemeridade, pode ser compreendida, por exemplo, pela atração associada aos concernentes ao horário comercial, por exemplo, e pode não existir no período noturno, pois a capacidade de fluxo e atração, que compreende a centralidade, acentua-se ou se esvanece ao passo que a forma espacial possui maior perenidade (WHITACKER, 2017). O mesmo autor destaca a associação da centralidade com o centro, ao mesmo tempo que os distingue:

A centralidade intraurbana, pois, deve ser compreendida de modo relacional e se insere num conjunto de articulações escalares, as quais demonstram materialidades e territorializações que incorrem em fluxos e deles decorrem, com a difusão do conteúdo e o espraiamento da forma da cidade. Tal processo agrega à discussão a escala e o tempo. (WHITACKER, 2017, p. 150).

O autor supracitado afirma que os fluxos materiais e imateriais variantes no tempo podem conferir, retirar, fomentar ou mitigar a capacidade de uma área central de exercer seu papel de atrair e impulsionar deslocamentos materiais (de pessoas, veículos etc.) ou imateriais (WHITACKER, 2017).

Whitacker (2020) ao propor uma revisão crítica das relações entre os centros na cidade a partir do modelo de Brian Berry (BERRY, 1967), afirma que essas relações podem ser hierárquicas ou não hierárquicas (concorrência, complementaridade e coocorrência). Na lógica centro-periferia, o centro principal de uma cidade é, e em uma relação hierárquica, o mais importante dos centros e que expressa centralidade de modo mais contundente.

O centro principal numa estrutura urbana predominantemente centro-periférica, é mais diverso e concentra uma ampla variedade de usos do solo não-residenciais, enquanto que, por outro lado, a periferia possui o uso majoritariamente residencial do solo, com paulatina diminuição de densidade demográfica e de estabelecimentos não-residenciais conforme aumenta o distanciamento em relação ao centro. O centro, nesse quadro, caracteriza-se pela concentração, enquanto que a periferia denota dispersão.

Periferia, por seu turno, é um conceito polissêmico e aqui traremos alguns de seus significados; seriam locais marcados pela “distância espacial e distância social” de seus residentes em relação aos demais sujeitos que compõe a urbe; ela se tornaria o palco de diversos dramas sociais e problemas materializados no espaço urbano (CHAVEIRO *et al.*, 2007, p. 183). As periferias também seriam as “margens” das áreas centrais, estas melhor dotadas e equipadas de infraestrutura, enquanto que, o oposto - a insuficiência de equipamentos e infraestrutura - conformariam as margens, a periferia (VASCONCELOS, 2013). Para Mautner (2010), a periferia:

Geograficamente significa as franjas da cidade. Para a sociologia urbana, o local onde moram os pobres, em contraposição à parte central da cidade, estruturada e acabada. [...] A periferia é de fato um local onde vivem os pobres, é socialmente segregada, e o preço da terra é baixo, porém, ao mesmo tempo, é um local mutante, sempre reproduzindo em novas extensões de terra, enquanto velhas periferias são gradualmente incorporadas à cidade, ocupadas por novos moradores e reorganizadas pelo capital. (MAUTNER, 2010, p. 253-254).

Mautner (2010) reconhece a característica *mutante* das periferias e estas, de fato, passam por intensas transformações, sobretudo na urbanização contemporânea em cidades médias e em metrópoles, de maneira mais evidente, e até mesmo em cidades pequenas, em menor intensidade e capacidade de mutação. Essas *periferias mutantes* podem ser lidas por meio da estruturação espacial e das práticas dos sujeitos; esse artigo volta-se para o debate e posterior análise do primeiro, ou seja, não analisa a periferia concernente as práticas espaciais. Sobre os clichês e interpretações hegemônicas sobre as periferias, cada vez mais contestadas por pesquisas e pesquisadores atuais, Hiernaux e Lindón (2004), ponderam que

También es innegable que los estudios sobre las periferias urbanas han usado y abusado de ciertos clichés, entre los cuales está el de ‘periferia dormitorio’. Estas expresiones han alimentado el discurso oficial sobre el tema, pero también numerosos escritos académicos que no necesariamente se han dado una evaluación crítica de la expresión, sino que muchas veces han empleado estas voces como si fuesen verdades autoevidentes. Además, estas expresiones han sido incorporadas en los discursos coloquiales, es decir, los de sus habitantes o de la sociedad civil en términos generales.⁴ (HIERNAUX & LINDÓN, 2004, p. 102).

O discurso de uma periferia pobre e estritamente residencial ainda é amplamente reproduzido; ideia comumente formulada sem bases sólidas e distantes de formulações empíricas das periferias contemporâneas. Contudo,

⁴ Em tradução livre: “Também é inegável que estudos sobre periferias urbanas têm usado e abusado de certos clichês, entre os quais o da “periferia dormitório”. Essas expressões alimentaram o discurso oficial sobre o tema, mas também numerosos escritos acadêmicos que não necessariamente receberam uma avaliação crítica da expressão, mas muitas vezes têm usado essas vozes como se fossem verdades auto-evidentes. Além disso, essas expressões foram incorporadas em discursos coloquiais, ou seja, os de seus habitantes ou da sociedade civil em geral”.

novas lógicas e novos vetores subversivos do par centro-periferia conferem cada vez maior complexidade a esses espaços ainda tidos, por muitos, como homogêneos e monótonos.

A dispersão do tecido urbano, pela combinação de novas áreas residenciais para todos os padrões com novas superfícies comerciais, nos anéis em que antes predominava a 'periferia' dos mais pobres, amplia as distâncias que todos têm de percorrer nas cidades. (SPOSITO, 2013, p. 78).

A partir da citação anterior, temos as periferias cada vez mais distantes e dispersas em função do processo de dispersão urbana. Esse distanciamento de um contingente cada vez maior de cidadãos em relação a centros mais antigos aumentam as demandas nessas áreas periféricas, o que explica o surgimento de áreas centrais, estabelecimentos de lazer e consumo, vias concentradoras de comércio e serviços etc. nessas periferias cada vez mais inovadoras e cambiantes. Esse processo complexifica esses espaços periféricos.

Dessa maneira, a periferia é, e está se tornando cada vez mais, ampla, complexa e diversa, considerá-la sem delineamento e debate sobre seu entendimento pode levar o pesquisador a imprecisões e incoerências. Neste trabalho consideramos a periferia como as áreas que abarcam os subespaços com relativa proximidade territorial com os limites do tecido urbano e, ao mesmo tempo, com relativa distância do centro principal e seu entorno próximo, as áreas pericentrais. No entanto, não se pode tomá-las como monolíticas, pois tais áreas possuem distinções socioeconômicas e funcionais. Sendo assim, o sentido aqui adquire por periferia contempla uma ampla gama de conteúdos, usos e funções, como, por exemplo, áreas de moradia dos pobres (tanto de autoconstrução como de habitação social promovida pelo Estado), muito fortemente associadas a ideia mais comum e antiga sobre a periferia, e dos ricos, expressos pelos espaços residenciais fechados⁵. Em complemento, essas áreas compreendem também uma miríade de usos a esse público diverso voltados. Assim sendo, os novos conteúdos das periferias urbanas (SPOSITO, 2004) podem ser indicativos da subversão do paradigma centro-periferia na escala intraurbana.

O centro principal pode ser encarado como a condição da expressão de uma centralidade-âncora e o principal núcleo concentrador do fenômeno urbano e de circulação, evidenciado pelos intensos deslocamentos *do* e *para* o centro principal. Dessa maneira, em todas as cidades o centro principal é ou já foi a única e principal centralidade, conforme pontua Sposito (2013):

Em modos de produção pretéritos, tanto quanto em boa parte do desenvolvimento do modo de produção capitalista de produção, as cidades tiveram suas estruturas espaciais articuladas em

⁵ Sposito e Goes (2013) utilizam a expressão *espaços residenciais fechados* para tratarem, de modo geral, dos espaços segregados dos mais ricos, pelo processo de "autossegregação", termo este proposto por Corrêa (1989). Porém espaços residenciais fechados voltados para as classes populares começaram a proliferar sobretudo na década de 2010, por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida, sendo, para nós, necessário adjetivar a expressão *espaços residenciais fechados* de maneira a estabelecer uma distinção entre os espaços dos mais ricos, a que chamamos de *espaços residenciais fechados exclusivos* (para denotar o espaço ocupado pela minoria, os mais ricos); e, por outro lado, os *espaços residenciais fechados populares*, remetendo aos espaços ocupados pela maioria, pelas classes populares, como nos empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida. Diversos pesquisadores, como Sposito (2013), associavam os espaços residenciais fechados a autossegregação, para a autora: "a multiplicação de formatos, de tamanhos e de padrões de espaços residenciais fechados leva-me, assim, a repensar a associação imediata entre áreas residenciais muradas e autossegregação, que muitos pesquisadores faziam antes, entre eles eu". (SPOSITO, 2013, p. 71).

torno de um centro principal. Na maior parte das vezes, ele era ou é único, desempenhando todos os papéis de centralidade, tanto na escala da cidade, quanto na interurbanas, quando tratamos dos espaços urbanos de maior importância nas redes urbanas. (SPOSITO, 2013, p. 72).

Com isso, o centro diferencia-se da periferia. Nessa, as áreas ou eixos concentradores de comércio e serviços são hierarquicamente menos relevantes em relação ao centro principal; a centralidade menos intensa, como aquela exercida pelo centro principal, é característica da cidade multicêntrica, aqui compreendida segundo o entendimento de Sposito (2013):

Tenho usado o termo MULTICENTRALIDADE para me referir à conformação de mais de uma área de concentração comercial e de serviços nas cidades, influenciando a perda relativa do peso e da importância do centro “principal” em estruturas espaciais tipicamente monocêntricas até então. Assim, o aparecimento de subcentros e de eixos comerciais e de serviços especializados fora do centro tradicional; a implantação de galerias comerciais, reafirmando o centro fora dele; ou mesmo o crescimento dessas atividades em áreas pericentrais, antes estritamente residenciais, são formas de multiplicação dos setores que nas cidades concentram atividades, pessoas e fluxos, possibilitando se reconhecer “áreas centrais” (no plural, em função do número delas), ainda que o centro principal continue a exercer a centralidade que estrutura e expressa o conjunto da cidade. Esta tendência conforma a multicentralidade. O prefixo multi, de origem latina, é tomado no sentido de muitos. (SPOSITO, 2013, p. 75).

Sendo assim, a multicentralidade evidencia o protagonismo e relevância do centro principal ante dos demais centros, reforçando o par centro-periferia; este paradigma foi, ou ainda é, dominante em diversas cidades. Contudo, notamos indícios de subversão dessa lógica, com a paulatina emergência de novas áreas centrais e com possível compartilhamento da hegemonia, antes restrita apenas ao centro principal, como retratado para um conjunto de cidades médias brasileiras por Whitacker (2018, 2019, 2020).

Dessa maneira, a insurgência de novos centros que aumentam gradativamente sua própria capacidade de fomentar o fluxo e movimento provocam reverberações na lógica-centro periferia. Ao refletir sobre novos conteúdos periféricos, Whitacker (2019, p. 17) afirma que em diversos espaços urbanos “Há, assim, uma subversão do padrão clássico da estrutura espacial, marcado pela justaposição e oposição centro-periferia”. Com isso, novos vetores e processos socioespaciais contemporâneos se somam, integram, modificam e complexificam as novas estruturas espaciais, justamente no ponto de contato com estruturas pré-existentes, como em relação à organização espacial pautada no par centro-periferia.

Com isso, há uma tendência de descentralização e/ou desconcentração de atividades e de capital do centro principal para outras áreas, os subcentros ou novos centros. O centro principal, contudo, e em decorrência desses processos de reestruturação e surgimento de novas áreas centrais, não é substituído, mas os demais centros, cada vez mais relevantes, ora

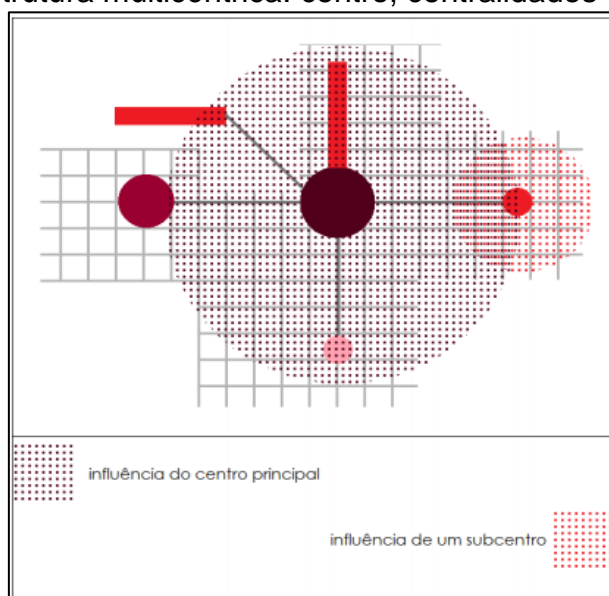
complementam e ora competem com os usos e demandas da área central principal, portanto o centro não é apagado ou subalternizado por completo, todavia perdendo paulatina hegemonia.

Na estrutura multicêntrica, o alcance espacial do centro principal ainda tende a ser mais abrangente de que outras áreas centrais na cidade, pois o centro principal abarca maior complexidade de funções, papéis e atividades; por outro lado, as demais áreas dotadas de centralidade possuem intensidades e raios de influência menores se comparado ao centro principal, ainda que existam. Sposito (2013) explicita as semelhanças entre a cidade monocêntrica e multicêntrica; para a autora, ambas suscitam que os demais centros, que não sejam aqueles ligados ao núcleo original de ocupação de uma cidade, são hierarquicamente menos relevantes que o centro principal. As cidades monocêntrica e multicêntrica para a autora:

Ambas tinham estruturas espaciais articuladas em torno de um centro (chamado de histórico, tradicional ou principal), ainda que a segunda conhecesse o aparecimento de subcentros e de outras áreas comerciais e de serviços. Tal surgimento não implicava, como procurei mostrar, a ruptura da lógica anterior de estruturação dos espaços urbanos, visto que as novas áreas centrais eram hierarquicamente menos importantes que a primeira a desempenhar papéis centrais e, além disso, geravam e geram fluxos de menor abrangência espacial e menor densidade, em termos do número de pessoas e capacidade de consumo. (SPOSITO, 2013, p. 77).

A Figura 1 representa esquematicamente a organização de uma estrutura multicêntrica – na escala intraurbana -, contando com a presença de subcentros ou novos centros.

Figura 1. Estrutura multicêntrica: centro, centralidades e subcentros.



Fonte: Whitacker, 2019

Inicialmente, os novos subcentros são subordinados ao centro principal e possuem um menor alcance espacial. Contudo, com o passar do tempo, essas

novas áreas centrais podem se adensar e se consolidar a ponto de passarem a concorrer com o núcleo central original, diminuindo sua hegemonia. Esse processo, se somado a grandiosas incorporações, como por exemplo amplos espaços de lazer e consumo, como os *shopping centers*, incorre na passagem na estrutura multicêntrica para a policêntrica. Nesse caso:

São atinentes ao aparecimento de grandes superfícies comerciais e de serviços, que redefinem, de modo profundo, a estrutura espacial que vinha se estabelecendo no decorrer do tempo. [...] especialmente, hipermercados modernos de grandes grupos do setor, shopping centers, centros especializados de grande porte (de negócios, de serviços, médico-hospitalares, de feiras, de festas etc.).

[...] exercem atração sobre todo o conjunto da cidade [...]. Conformam, deste modo, uma centralidade que não é hierarquicamente inferior à do centro principal, em termos de oferta, diversidade ou grau de especialização dos bens e serviços que oferecem, mas, sim, que compete com o centro principal [...]. (SPOSITO, 2013, p. 75).

A subversão da lógica centro-periferia reside no paulatino enfraquecimento da influência e capacidade de atração, e, portanto, de centralidade, exercida pelo centro principal, ao mesmo tempo que ocorre a complexificação da periferia, ou das periferias, desde seu conteúdo socioeconômico e de sua complexidade funcional.

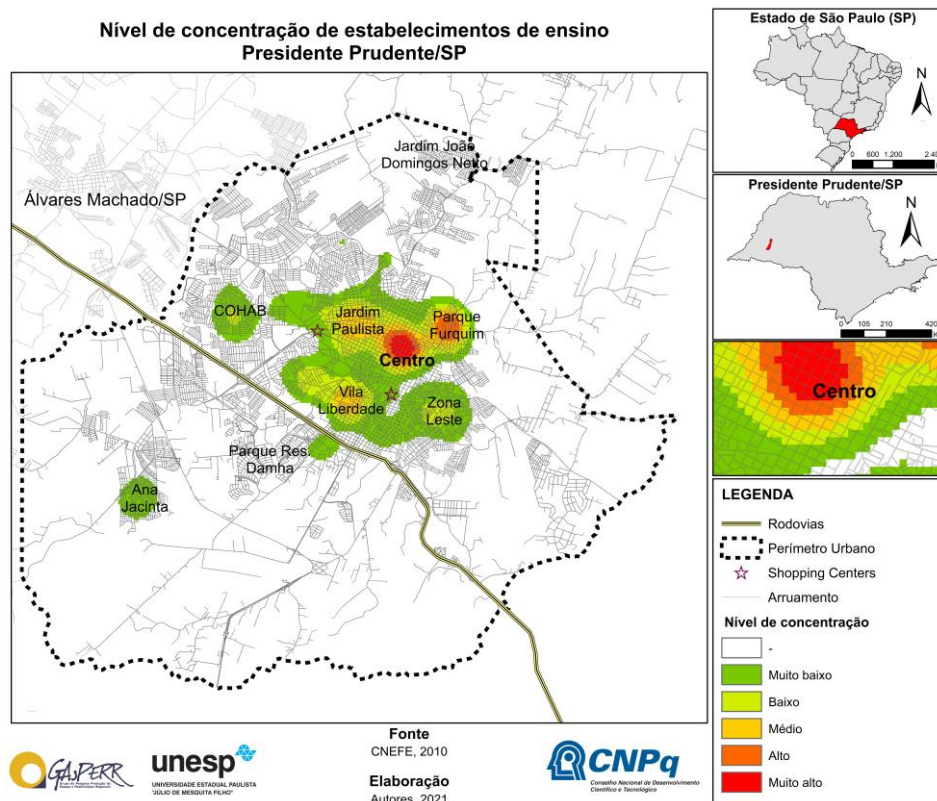
DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO E ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE EM PRESIDENTE PRUDENTE/SP, BRASIL

Nesta seção do artigo os esforços voltam-se a dar materialidade aos conceitos de Centro, Centralidade e do par centro-periferia, abordados no item anterior, analisando-se a distribuição espacial dos estabelecimentos de ensino (Mapa 2) e estabelecimentos de saúde (Mapa 3) em Presidente Prudente. Essa escolha pautou-se em dois elementos combinados: ao mesmo tempo que são tradicionalmente identificadas com os centros das cidades e geram fluxos próprios, são também indicativos de processos de desconcentração quando passam a ocorrer para além de um centro único ou principal.

Os estabelecimentos de ensino constantes no Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE) foram ordenados segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE); consideramos estabelecimentos gerenciados pelo poder público e pela iniciativa privada, escolas municipais, estaduais ou instituições de ensino superior. Desta forma, o banco de dados do CNEFE compreende todas as modalidades de ensino, desde a educação infantil até o ensino superior.

O Mapa 2 representa o nível de concentração de estabelecimentos de ensino do contexto territorial considerado neste artigo, a cidade de Presidente Prudente/SP.

Mapa 2. Nível de concentração de estabelecimentos de ensino em Presidente Prudente/SP em 2010.



Fonte: CNEFE, 2010. Elaborado pelos autores, 2021

A distribuição espacial dos estabelecimentos de ensino se efetiva de maneira relativamente pulverizada e dispersa no espaço urbano de Presidente Prudente, com significativas concentrações em setores da periferia da cidade, como nos bairros e nas proximidades imediatas do Conjunto Habitacional Ana Jacinta e do Núcleo Bartholomeu Bueno de Miranda (COHAB), por exemplo. A ausência de estabelecimentos de ensino foi constatada apenas em dois setores da cidade, sendo: determinadas áreas da porção sul, como nos arredores do Parque Residencial Damha, área concentradora de espaços residenciais fechados de alto padrão, e no setor norte da cidade, que conta com diversas áreas e bairros oriundos de políticas habitacionais mais recentes e ligadas ao PMCMV, faixa 1, mais especificamente nas imediações do bairro Jardim João Domingos Netto.

Silva e Souza (2021) realizaram um estudo sobre a distribuição espacial de escolas em nível de educação básica em Presidente Prudente, não contemplando, portanto, os estabelecimentos de ensino superior. Segundo os autores, as escolas de gestão privada estão espacialmente concentradas nas áreas que compreendem o centro principal e suas imediações, assim como nas proximidades do Parque do Povo, duas áreas ocupadas por cidadãos de rendimentos mensais elevados, enquanto que as escolas públicas não possuem um padrão espacial bem definido, estando distribuídas de maneira dispersa em Presidente Prudente, alcançando, portanto, inclusive, áreas ocupadas por cidadãos com rendimentos mensais baixos, como em bairros da zona norte e zona leste da cidade, algo que não ocorre com a distribuição das escolas particulares (SILVA e SOUZA, 2021). Assim sendo, a concentração de estabelecimentos de ensino mais distantes do centro principal e das áreas

pericentrais são conformadas, sobretudo, pela presença de escolas gerenciadas pelo poder público, sobretudo em função das escolas voltadas para os ensinos fundamental e médio (SILVA; SOUZA, 2021).

Neste trabalho, ao contrário da investigação feita por Souza e Silva (2021), os estabelecimentos de ensino superior foram incluídos nas análises; aqui, o centro principal e as áreas pericentrais possuem as maiores concentrações, contando com uma grande quantidade de estabelecimentos de ensino nessas áreas. Dentre essas, os bairros do Parque Furquim, Vila Liberdade e Jardim Paulista, além do centro principal, se destacam. Essa distribuição espacial desvela o caráter de concentração e dispersão desses estabelecimentos, sendo que a maior concentração se observa nas proximidades imediatas do centro principal e, por outro lado, observa-se gradativa queda de concentração frente ao paulatino deslocamento rumo as periferias da cidade. Logo, o par centro-periferia é ainda bastante representativo ao se investigar a distribuição espacial dos estabelecimentos de ensino em Presidente Prudente. Todavia, a significativa concentração notada nos bairros do Ana Jacinta⁶ e da COHAB não possuem contiguidade física com a principal mancha de concentração situada no centro e em áreas pericentrais, indicando que há importante concentração em poucas áreas ou bairros da periferia.

Nesse sentido, ainda em relação aos dois bairros periféricos com significativa concentração de estabelecimentos de ensino, a COHAB é considerada por diversos autores como um subcentro da cidade de Presidente Prudente/SP, conforme afirma Santos (2017)

A constituição do subcentro da COHAB é oriunda das necessidades criadas pelos moradores em ter os serviços mais próximos, o que é observado pelo pequeno empresariado, de capital local, ou até mesmo de empresas multinacionais. (SANTOS, 2017, p. 15).

A Figura 2, abaixo, retrata o principal eixo comercial da COHAB, situado ao longo da avenida Ana Jacinta.

Figura 2. Eixo comercial e de serviços na avenida Ana Jacinta, no bairro Núcleo Bartholomeu Bueno de Miranda (COHAB)



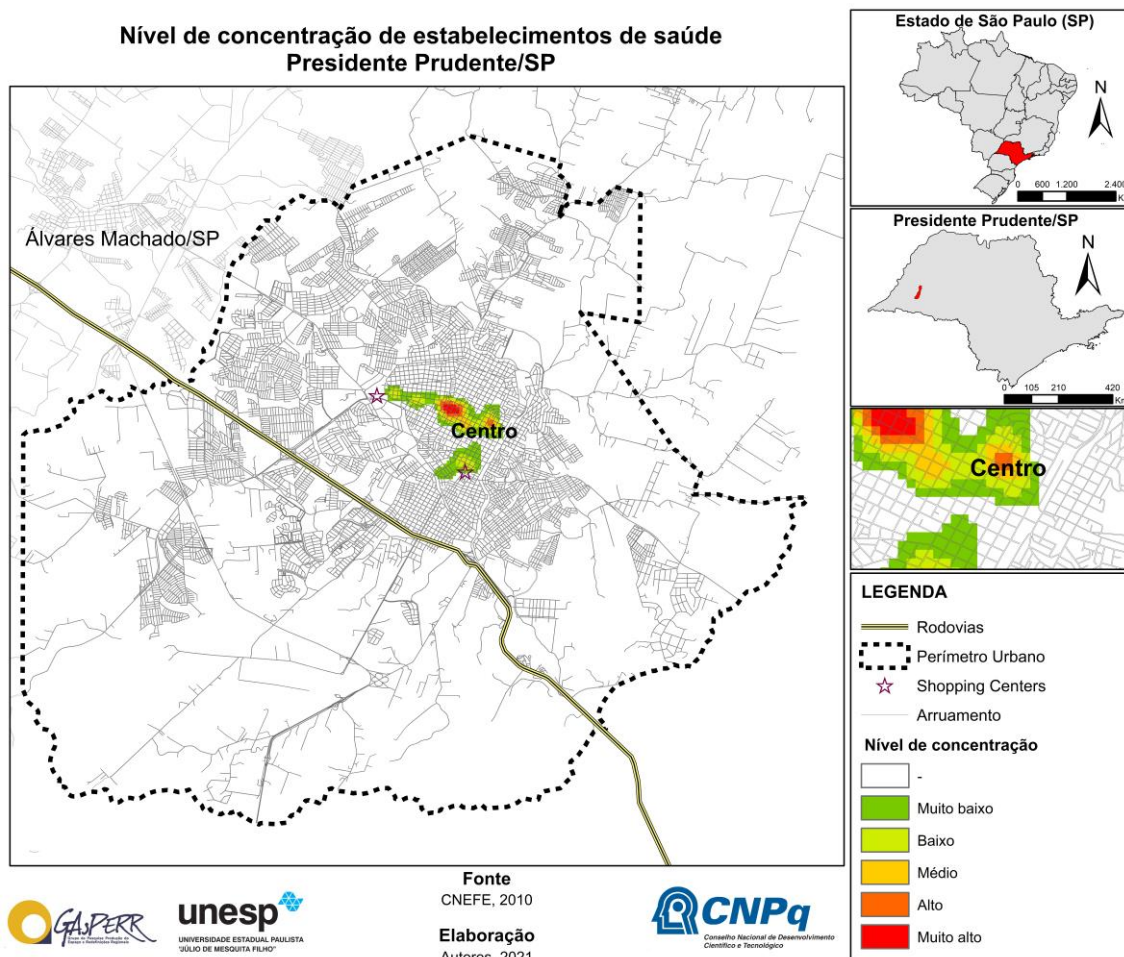
Extraído de: Santos, 2016.

⁶ Não confundir o bairro do Ana Jacinta, situado na porção sudoeste da cidade de Presidente Prudente, e a avenida Ana Jacinta (Figura 2), uma via que perpassa o bairro COHAB.

Dessa maneira, a COHAB é um bairro que concentra ao longo da avenida Ana Jacinta diversos estabelecimentos com usos não residenciais, e que, portanto, exerce uma centralidade relativamente expressiva na cidade de Presidente Prudente, atinente aos fluxos *de e para* essa área, do que podemos inferir que a centralidade existente no bairro e, sobretudo, ao longo da avenida, pode ser um vetor de atração para a implantação novos estabelecimentos com usos não residenciais (sejam comerciais, de serviços, de lazer, de consumo, de ensino, de saúde etc.).

Contudo, a concentração de estabelecimentos de ensino na periferia ainda é consideravelmente inferior em comparação com a maior concentração no centro principal, e nas áreas pericentrais. O Mapa 3 compreende a localização dos estabelecimentos de saúde que também englobam estabelecimentos gerenciados pelo poder público e pela iniciativa privada, segundo o banco de dados do CNEFE.

Mapa 3. Nível de concentração de estabelecimentos de saúde em Presidente Prudente/SP em 2010.



Fonte: CNEFE, 2010. Elaborado pelos autores, 2021

A distribuição espacial de estabelecimentos de saúde possui uma distribuição ainda menos dispersa e equitativa em comparação a análise realizada anteriormente em relação aos estabelecimentos de ensino. A concentração se restringe a uma pequena área da cidade. A maior concentração

de estabelecimentos de saúde também ocorre no centro principal e em suas proximidades imediatas, sobretudo, ao longo de importantes vias intraurbanas, como nas avenidas Washington Luís e Coronel José Soares Marcondes (Figuras 3 e 4).

Figuras 3 e 4. Estabelecimentos de saúde na avenida Washington Luís e avenida Coronel José Soares Marcondes, respectivamente.



Fonte: Google Earth, 2021

Ambas as vias acima representadas concentram, ao longo de cada uma, grande quantidade de estabelecimentos de saúde, conforme representado no Mapa 5. As análises de Góes *et al.* (2019) e Carli (2015) já indicavam que todas as vias intraurbanas que passavam pelos limites do centro principal, como as avenidas Washington Luiz e Coronel José Soares Marcondes, concentravam uma expressiva quantidade de estabelecimentos comerciais e de serviços em Presidente Prudente; a investigação deste artigo revela o mesmo padrão em relação ao nível de concentração de estabelecimentos de saúde na cidade (Mapa 3).

A Figura 4 representa o centro principal, que contém a maior concentração de estabelecimentos de ensino e de saúde em suas imediações, conforme observado nos Mapas 3 e 4.

Figura 4. Centro principal de Presidente Prudente/SP, Brasil



Fonte: Marcos Sanches/Secom/Arquivo – G1, 2020

Uma estrutura urbana na qual se destaca o centro e a periferia (ainda que diversa) é representativa da distribuição espacial dos estabelecimentos de saúde e de ensino em Presidente Prudente, contando, majoritariamente, com grande concentração no centro principal e nas áreas pericentrais, com diminuição significativa nas periferias da cidade.

Dessa maneira, no que concerne à distribuição espacial de estabelecimentos de ensino e de saúde, a estrutura urbana de Presidente Prudente ainda é predominantemente centro-periférica, apesar dos indícios do enfraquecimento da lógica de estruturação urbana pautada no par centro-periferia. Contudo, deve ser destacada a constituição de áreas de concentração de comércios e serviços em porções periféricas da cidade, alguns mais antigos e ligados às lógicas de implantação em periferias pobres ou pouco valorizadas de empreendimentos destinados à habitação popular (em ordem temporal naquela cidade: COHAB/CECAP e Conjunto Habitacional Ana Jacinta), outros mais recentes e ligados à disseminação de empreendimentos residenciais fechados e médio e médio/alto padrão, com centralidade menos expressiva. Essas duas lógicas, no entanto, encontram-se em quadrantes opostos na cidade em estudo, denunciando que, embora sejam periféricos, estão distantes e apartados no plano urbano. São, portanto, exemplos contundentes de complexificação das periferias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos elementos que indicam a paulatina subversão do par centro-periferia sob a égide da urbanização contemporânea, sobretudo em metrópoles e cidades médias, na cidade de Presidente Prudente mantém-se, no que concerne à análise da distribuição e concentração espacial de estabelecimentos de ensino e estabelecimentos de saúde, uma presença forte do centro principal e de sua zona de expansão (por áreas e por eixos), expressando significativa centralidade no que tange aos serviços educacionais e de saúde. Nesse sentido, as maiores concentrações localizam-se no centro principal e em suas proximidades imediatas. As periferias, ao contrário, possuem concentrações baixas, exceto em áreas periféricas restritas e pontuais, como nos bairros do Ana Jacinta e no Núcleo Bartholomeu Bueno de Miranda (COHAB), ambos subcentros em consolidação na cidade.

Contudo, alertamos que, de maneira geral, o par centro-periferia não deve ser considerado como paradigma dominante na organização espacial da cidade, pois este trabalho considerou apenas o recorte analítico referente aos estabelecimentos de ensino e de saúde. Para conclusões mais assertivas acerca da estruturação urbana em Presidente Prudente são necessárias investigações complementares, que avaliem a estruturação espacial como um todo, sobretudo análises referentes as novas configurações das lógicas das indústrias, dos novos *habitats* urbanos e das novas localizações de equipamentos de consumo e prestação de serviços.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, pelo financiamento da pesquisa que possibilitou a elaboração deste artigo (Processo número 130340/2021).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMENDOLA, G. **La ciudad postmoderna**. Madri: Celeste, 2000.

BARRETO, R. O centro e a centralidade urbana—aproximações teóricas a um espaço em mutação. **Cadernos curso de doutoramento em geografia**. FLUP, 2010.

BATTISTAM, C. K. 2015. **Procedimentos de pesquisa em Geografia do Comércio e do Consumo: delimitação, intensidade e especialização de áreas centrais. Análises a partir de Marília/SP, São Carlos/SP e São José do Rio Preto/SP**. Trabalho de Conclusão de Curso, Curso de Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Unesp.

BERRY, B. J. L. **Geography of market centers and retail distribution**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1967.

BRENNER, N. Teses sobre a urbanização. **Revista eletrônica E-Metrópolis**. Ano 5, n. 19, 2014, p.6-25.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo, Editora 34/Edusp, 2000.

CARLI, L. A. D. 2015. **Delimitação, intensidade e especialização de áreas comerciais. Uma proposição para o estudo das áreas centrais em cidades médias a partir da análise dos índices de densidade informacional para os casos de Presidente Prudente-SP e Ribeirão Preto-SP**. Trabalho de Conclusão de Curso, Curso de Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Unesp.

CHAVEIRO, E. F.; DOS ANJOS, A. F. A periferia urbana em questão: um estudo socioespacial de sua formação. **Boletim Goiano de Geografia**, vol. 27, núm. 2, enero-junio, 2007, pp. 181-197 Universidade Federal de Goiás Goiás, Brasil.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo, Ática, 1989.

_____. Formas simbólicas e espaço: algumas considerações. **GEOgraphia**, v. 9, n. 17, 2007.

DAL POZZO, C. F. **Fragmentação socioespacial em cidades médias paulistas**. 2015. 400 f. Tese (doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/136103>>.

_____. **Territórios de autosegregação e de segregação imposta: fragmentação socioespacial em Marília e São Carlos.** 2011. 316 f. Dissertação (mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade Ciências e Tecnologia, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/96709>>.

FERREIRA, H. M. WHITACKER, A. M. O centro principal nas cidades policêntricas: uma discussão conceitual a partir da análise de Presidente Prudente-SP. In: XI Encontro Nacional da Anpege. A diversidade da geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação, 2015, Presidente Prudente. **Anais do XI Encontro Nacional da Anpege.** Presidente Prudente: ANPEGE, 2015.

GOES, E. M.; CATALAO, I.; MAGRINI, M. A. O.; FURINI, L. A.; CATELAN, M. J. V.; SPOSITO, M. E. B. **Consumo, crédito e direito à cidade.** Curitiba: Appris, 2019. 1ª ed.

GUIMARÃES, R. B. *et al.* O raciocínio geográfico e as chaves de leitura da Covid-19 no território brasileiro. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 99, p. 119-140, 2020.

HIERNAUX, D; LINDÓN, A. La periferia: voz y sentido en los estudios urbanos. **Papeles de población**, v. 10, n. 42, p. 101-123, 2004.

HURIOT, J. M.; PERREUR, J. Centre et périphérie: fondements et critères. In: CÉLIMÈNE, F.; LACOUR, C. (Éds.) **L'intégration régionale des espaces.** Paris: Economica, 1995, p. 63-84.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo – resultados preliminares.** Rio de Janeiro: IBGE. 2021.

_____. **Regiões de influência das cidades.** Rio de Janeiro: IBGE. 2018.

_____. **Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos - 25/11/11.** Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Cadastro_Nacional_d_e_Enderecos_Fins_Estatisticos/. Acesso em: junho de 2021. Rio de Janeiro. 2011.

_____. Classificação Nacional de Atividades Econômicas. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv2314.pdf>. Acesso em: junho de 2021. Rio de Janeiro. 2003.

JAMESON, F. **Postmodernism, or, the cultural logic of late capitalism.** Duke University Press, 1991.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço.** Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). 2006.

LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LUCAMBIO, F. Estimador Kernel da função de densidade. **Universidade Federal do Paraná**, Departamento de Estatística. 12f, 2008.

LUKÁCS, G. **Introdução a uma estética marxista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

MAUTNER, Y. A periferia como fronteira de expansão do capital. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (Orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. 2ª ed. atualizada. São Paulo: Fupam/Edusp, 2010.

MOUDON, A. V. Urban morphology as an emerging interdisciplinary field. **Urban Morphology**. 1: 3-10, 1997.

RUANO, T. L.; WHITACKER, A. M. Procedimentos de pesquisa em geografia do comércio em Londrina (PR), Presidente Prudente (SP) e Ribeirão Preto (SP). Classificações do comércio, produção de cartas funcionais e possibilidades de mapeamento. In: VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales, 2014, São Paulo - SP. **Anais VI CIETA**. São Paulo-SP: USP, 2014. v. 1. p. 5021-5036. 2014a.

_____. Extração de dados do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos e Classificação dos mesmos através da CNAE. Análise sobre Londrina-PR. In: I Seminário Nacional de Integração da Graduação e Pós-Graduação em Geografia XV Semana de Geografia e X Encontro de estudantes de Licenciatura em Geografia, 2014, Presidente Prudente. **Anais do I Seminário Nacional de Integração da Graduação e Pós-Graduação em Geografia XV Semana de Geografia e X Encontro de estudantes de Licenciatura em Geografia**. Presidente Prudente: AGB, 2014. v. 1. p. 1-6. 2014b.

SANTOS, F. C. A. S. Presidente Prudente/SP-100 anos: Uma análise no espaço-tempo a partir da política Habitacional. **Geografia em Atos (Online)**, v. 1, n. 5, p. 21, 2017.

SANTOS, M. **A urbanização desigual**. São Paulo: Edusp, 2012.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Edusp, 2003.

_____. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Francisco Alves; 1979.

SILVA, L. Y. W.; SOUZA, W. V. F. Padrões locacionais de escolas públicas e particulares e relação com áreas com diferentes níveis de renda em Presidente Prudente - SP. **Geopauta**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. e8212, 2021. DOI: 10.22481/rg.v5i2.2021.e8212. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/geo/article/view/8212>. Acesso em: 18 oct. 2021.

SILVA, W. R. Para além das cidades: **Centralidade e estruturação urbana: Londrina e Maringá**. 2006. 280 f. Tese (doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2006.

SPOSITO, M. E. B. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In: **O espaço no fim do século a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 2001, p.83-99.

_____. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. **Revista de Geografia**, v. 10, p. 1-18, 1991.

_____. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI Silvana Marina (Orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, p. 61-93, 2013.

_____. Novos conteúdos das periferias urbanas das cidades médias do estado de São Paulo, Brasil. **Investigaciones Geográficas**, p. 114-139. 2004.

SPOSITO, M. E. B.; GÓES, E. M. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

VASCONCELOS, P. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: VASCONCELOS, P.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

WHITACKER, A. M.; CARLI, L. A. D. Densidad del territorio y densidade informacional. Lecturas del espacio de consumo en ciudades brasileñas. El caso de Riberão Preto. In: SILVEIRA, M. L.; BERTONCELLO, R.; DI NUCCI, J. (Orgs.). **Ciudad, Comercio y Consumo: Temas y Problemas desde la Geografía**. 1ed. Buenos Aires: Café de las Ciudades, 2020, v. 1, p. 1-24. 2020.

WHITACKER, A. M. Hierarquia, concorrência, complementaridade e coocorrência de centros na cidade. uma revisão do modelo de Brian Berry a partir da análise de seis cidades médias brasileiras. In: CACHINHO, H.; SALGUEIRO, T. B.; GUIMARAES, P. (Orgs). **Comércio, Consumo e Governança Urbana**. 1ed. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 2020, v. 1, p. 320-331. 2020.

_____. Expansão, Dispersão, Complexificação e Fragmentação. Formas e Processos Espaciais em Câmbio no Brasil Não-Metropolitano. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq, 2019. [Projeto de Pesquisa - Bolsa de Produtividade em Pesquisa].

_____. Relações hierárquicas e não-hierárquicas entre as áreas centrais e complexificação das estruturas espaciais em cidades médias brasileiras. In: 56.º Congresso Internacional de Americanistas, 2018, Salamanca. **Memoria del 56.º Congreso Internacional de Americanistas**. Volumen XII. Estudios sociales. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2018. v. 1. p. 903-914.

_____. Centro da Cidade, Centralidade Intraurbana e Cidades Médias. In: MAIA, D. S.; SILVA, W. R.; WHITACKER, A. M. **Centro e Centralidade em Cidades Médias**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. (P. 149-178).

WHITACKER, A. M.; MIYAZAKI, V. K. O estudo das formas da cidade no âmbito da Geografia Urbana. Apontamentos metodológicos. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, n. 2, p. 307-327, 2012.

WHITACKER, A. M. 2003. Reestruturação urbana e centralidade em São José do Rio Preto-SP. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Unesp.

WHITACKER, A. M. 1997. A Produção do Espaço Urbano em Presidente Prudente: uma discussão sobre a centralidade urbana. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Unesp.